

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Directores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Contra a hiperinflação, um entendimento urgente.

A ultrapassagem em dezembro da barreira psicológica dos 50% no índice que mede a inflação em um único mês acirrou a discussão entre economistas, técnicos do governo e empresários para saber se o Brasil já entrou ou não no processo de hiperinflação. Ao mesmo tempo, aumentou entre os agentes econômicos privados o medo de que o governo, sem outra saída para conter a escalada inflacionária, venha a adotar mais um choque heterodoxo, com um congelamento de preços, apesar das garantias em contrário dadas pelo ministro Mailson da Nóbrega e por auxiliares do presidente eleito Fernando Collor de Mello.

Nem uma nem outra coisa — descobrir academicamente que nome se dará ao atual estágio da inflação brasileira e combater o crescimento dos preços com um congelamento generalizado — irá levar à solução de um quadro que se deteriora de uma forma e numa velocidade inquietantes e que se não for alterado a curto prazo pode conduzir a uma convulsão social de conseqüências imprevisíveis. É louvável o esforço do ministro da Fazenda empreendendo mais uma rodada de conversações com empresários, tentando convencê-los a segurar o reajuste nos seus produtos e acertando um tabelamento nas taxas de juros cobradas nas transações comerciais, mas isso não basta.

O que o momento econômico impõe é um trabalho conjunto das equipes do atual e do futuro governo, com a colaboração dos agentes econômicos privados e de todos os partidos políticos, para tentar, imediatamente, reverter as expectativas negativas que se apossam da sociedade e criar as condições para o início da reorganização do sistema econômico nacional, com a eliminação das verdadeiras causas da inflação. Esperar a posse do novo presidente para começar esse serviço e, até lá, ir empurrando a situação com a barriga pode ser desastroso.

Nessa altura da crise que assola o país é irrelevante saber se devemos apelidar uma inflação de 53,55% ao mês, projetada em 60% pelos mais otimistas e em 70% pelos mais pessimistas para janeiro, de hiper, súper ou apenas inflação alta. Como diz o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, "se isso é ou não uma hiper é questão semântica. O fato é que é uma situação social e economicamente insuportável".

E os sinais de que esse quadro, tanto para os cidadãos quanto para as empresas, está difícil de ser suportado já são evidentes. Os principais sindicatos ligados à CUT preparam-se para iniciar negociações com as empresas, mesmo fora da época dos dissídios coletivos, visando estabelecer o sistema de pagamento semanal dos salários. Essa é a posição também de alguns líderes ligados à CGT, como Luís Antônio Medeiros. Os trabalhadores vão usar como argumento um estudo do Dieese que mostra que com uma inflação de 50% os salários, quando recebidos mensalmente, sofrem uma perda de 30% em seu valor real.

A decisão do ministro Mailson da Nóbrega de tabelar em 60% para este mês os juros cobrados pelas empresas uma das outras nas vendas a prazo foi uma saída de emergência, objetivando conter a quebra da cadeia de comercialização, com a conseqüente falta de produtos nas lojas, supermercados e mercearias, o que já estava começando a acontecer com a redução dos prazos de pagamento das mercadorias ou a cobrança de taxas muito elevadas. Mesmo assim, como advertiu o presidente do grupo Bompreço e ex-presidente da Associação Latino-Americana dos Supermercados, João Carlos Paes Mendonça, as grandes lojas de varejo, para não trabalhar no vermelho, estão sendo obrigadas "a reduzir cada vez mais estoques e a variedade de produtos".

E os preços para o consumidor continuam enlouquecidos e sem guardar nenhuma relação com a realidade. Na semana passada em São Paulo, por exemplo, um mesmo relógio podia ser comprado por preços que variavam de NCz\$ 6 mil numa loja a NCz\$ 2.300 em outra. Na área dos preços relativos, a confusão é maior ainda. Um óleo de toucador, desses usados para passar na pele de crianças, era vendido a NCz\$ 170, o preço de cinco quilos de carne bovina. Um óleo de bronzear, pago a NCz\$ 160, vale o mesmo que um ferro de passar comum. Um terno de linho, de grife, custa cerca de NCz\$ 7 mil, dinheiro que dá para comprar dois televisores em cores de 16 polegadas ou um televisor e uma geladeira de 340 litros.

E não será com congelamento, tabelamentos e outros efeitos especiais, coisa que já passa na cabeça de muita gente, como nos planos Cruzado, Bresser e Verão, que o governo — seja de Sarney, no tempo que lhe resta, seja de Collor de Mello — irá corrigir essas distorções e começar a controlar a inflação. Só há uma saída e, ao contrário das complicadas invenções heterodoxas dos fracassados projetos da "Nova" República, ela é até bastante simples, como registra a Carta do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) publicada pela revista **Conjuntura Econômica**. Significativamente sob o título "Agenda para um presidente", os economistas do Ibre traçam um roteiro seguro para tirar o Brasil desse processo inflacionário e abrir espaço para a retomada do desenvolvimento, sem o que será impossível vencer nossas iniquidades sociais.

O receituário do Ibre é o mesmo que todas as pessoas de bom senso já pregavam há muito tempo e que garante a estabilidade da economia dos países desenvolvidos: respeito à moeda, não emitindo cruzados para cobrir despesas ociosas do setor público; redução da máquina estatal; austeridade fiscal; eliminação de incentivos, subsídios e cartórios privados e burocráticos; abertura da economia para o exterior.

O início desse processo não pode esperar a posse do novo presidente. Nem ele pode executá-lo sozi-

nho. Portanto, é urgente um entendimento entre o atual e o futuro governo para que as primeiras medidas sejam colocadas logo em prática. E, principalmente, é necessário que todas as forças políticas, em particular os grupos que se uniram no segundo turno em torno de Lula da Silva e saíram derrotados, tenham um momento de grandeza, esqueçam suas idiossincrasias e seus interesses mais imediatos, e se disponham a colaborar com o novo governo em um plano econômico de austeridade que seja também apoiado por empresários e sindicalistas.